



Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

C.N.P.J. nº 06.164.253/0001-87

Linhas aéreas inteligentes

demonstrações contábeis 2010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GLAI) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mensagem da Administração: O ano de 2010 foi de grandes conquistas para a Companhia graças aos quase 19 mil colaboradores (o Toco de Águas), que trabalharam conquistando a preferência de seus clientes e acionistas, com o foco de continuar a ser uma das companhias aéreas mais rentáveis que mais crescem rápido no mundo, buscando ao mesmo tempo, popularizar e democratizar o transporte aéreo no Brasil e na América do Sul. Nessa trajetória de 10 anos, completados em 15 de janeiro de 2011, a Companhia superou a marca de mais de 160 milhões de passageiros transportados e ofereceu novos serviços e parcerias fortalecendo seu relacionamento com o cliente ganhando sua satisfação e escolha de voar com a GOL. Em 2010 a demanda de tráfego aéreo no Brasil cresceu 23,5%, principalmente impulsionada pelo crescimento da classe média brasileira, levando a mais pessoas utilizarem o transporte aéreo em suas viagens. Nesse sentido, ter uma estrutura de baixo custo, a maior frequência entre os principais aeroportos brasileiros, variedade de serviços e benefícios, inovação e foco do cliente, foram essenciais ao nosso consistente plano de crescimento. A Companhia foi a empresa brasileira a adicionar a maior quantidade de novos destinos em 2010. Bauri, Montes Claros, Caruaru, Mossoró, Saint Martin, Ponta Cana, Bridgetown em Barbados, Aeroperque Jorge Newbery em Buenos Aires, Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Barreiras, Vitória da Conquista no Estado da Bahia, além do município de Ji-Paraná em Rondônia. Os novos acordos comerciais de code-share também foram destaque no ano. Foram celebrados acordos com a Delta AirLines, a maior companhia aérea do mundo em termos de movimento de passageiros e tamanho da frota, com a qual também foi concluída uma parceria onde os clientes de ambas as companhias podem acumular milhas nos programas SMILES, da GOL, e SkyMiles, da Delta, e também com a Qatar Airways, empresa aérea nacional do Estado do Catar, que opera do Brasil com voos diretos entre Doha, capital do Catar e São Paulo. As duas compa- nias de aviação de baixo custo, continuamos a diminuir o nível de envolvimento da empresa e a fortalecer sua estrutura de baixo custo. Durante o ano, a Companhia também devolveu 11 aeroportos das 16 aeronaves B737-300 de sua frota e continuou com a estratégia de renovação e modernização da frota, com seu plano de crescimento, e firmou acordo de aquisição de até 30 aeronaves B737-800 NG junto à Boeing. Com isso, a GOL conta atualmente com 100 pedidos firmes, 10 direitos de compra e 40 opções de compra. A sua frota é composta predominantemente por Boeing 737 Next Generation. Modernas, seguras e confortáveis, as aeronaves têm custo de manutenção reduzido, baixo consumo de combustível e excelentes índices de eficiência operacional. Para atingir nossos objetivos, ter flexibilidade operacional e lidar de forma segura com fatores externos, continuamos a diminuir o nível de envolvimento da empresa e a fortalecer sua estrutura de baixo custo. Assim, a Companhia estabeleceu um objetivo inicial para 2010 de ter um percentual mínimo de caixa de pelo menos 25% de sua receita líquida, que foi já atingida no segundo trimestre de 2010. Os resultados dos últimos meses do ano já refletem parcialmente essas iniciativas que são totalmente relacionadas ao nosso DNA estratégico de baixo custo e baixa tarifa, que certamente darão continuidade ao nosso histórico de resultado positivos com rentabilidade, inovação, satisfação do cliente e dos colaboradores. Essas conquistas são alcançadas graças a uma equipe dedicada, tornando a GOL cada vez mais a melhor companhia para se viajar, trabalhar e investir.

Constantino de Oliveira Júnior - Presidente

CENÁRIO ECONÔMICO-SETORIAL

O ano de 2010 foi marcado por grandes acontecimentos no setor de aviação. O melhor cenário econômico no Brasil e na América do Sul, principalmente sob o ponto de vista de confiança do consumidor, foi um dos principais fatores a incentivar o aumento da demanda no tráfego aéreo no Brasil, que cresceu 23,5% comparado a 2009. Desde o anúncio de escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014 e Copa das Confederações em 2013, e do Rio de Janeiro como cidade para sediar as Olimpíadas de 2016, o governo brasileiro tem focado suas atenções na infraestrutura aeroportuária do Brasil, que merece maior atenção com a crescente demanda e os eventos que estão por vir. A Infraero divulgou em 2010, que irá investir em torno de R\$ 6,0 bilhões para reforma e ampliação de 16 aeroportos das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Esse é um grande passo para o desenvolvimento do setor aéreo no Brasil e da economia brasileira. Outro destaque de 2010 foi o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços aéreos, o MOU assinado em dezembro, de "céus abertos" (open skies) entre Brasil e EUA, que será 100% efetivo em 2015, e o início das negociações de open skies entre Brasil e Europa. Essas iniciativas mudarão ainda mais o setor de aviação na América Latina, tornando-o mais competitivo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Ampliação da Frota: Frota: A Companhia continuou seu plano de renovação de frota e a partir de 2010 passou a contar exclusivamente com aeronaves de nova geração Boeing 737-700NG e 737-800NG. Com a frota renovada a Companhia não apenas oferece mais qualidade ao cliente, como melhor desempenho financeiro por reduzir custos de manutenção e consumo de combustíveis. Em 2010, a Companhia devolveu 100% de suas aeronaves 737-300 para diluição dos custos fixos de arrendamento. No final de 2010, a Companhia tinha 100 pedidos firmes, 10 direitos de compra, e mais 40 opções para compra de aeronaves da família Boeing 737 NG a serem entregues entre 2011 e 2016 de um pedido total de 177 aeronaves com a Boeing. **Centro de Manutenção:** A Companhia mantém um centro de manutenção de aeronaves (OMA) no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins - MG inaugurado em 2008, e considerado o complexo mais avançado da América Latina, e onde a companhia realiza os serviços de manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, pintura de aeronaves e configuração interna de toda a frota combinada GOL e VARIG. Nos últimos anos, o Centro tem recebido expansões para garantir a alta qualidade de manutenção, menores custos para manutenção de sua frota, o que também permitirá prestação de serviços a outras empresas aéreas aumentando as receitas auxiliares da Companhia. A última ampliação ocorrida em março de 2010, adicionaram ao complexo um novo hangar, escritórios, almoxarifado, depósitos e áreas de apoio adicionais, além de uma nova estrutura de baixo custo. Durante o ano, a Companhia também devolveu 11 aeroportos das 16 aeronaves B737-300 de sua frota e continuou com a estratégia de renovação e modernização da frota, com seu plano de crescimento, e firmou acordo de aquisição de até 30 aeronaves B737-800 NG junto à Boeing. Com isso, a GOL conta atualmente com 100 pedidos firmes, 10 direitos de compra e 40 opções de compra. A sua frota é composta predominantemente por Boeing 737 Next Generation. Modernas, seguras e confortáveis, as aeronaves têm custo de manutenção reduzido, baixo consumo de combustível e excelentes índices de eficiência operacional. Para atingir nossos objetivos, ter flexibilidade operacional e lidar de forma segura com fatores externos, continuamos a diminuir o nível de envolvimento da empresa e a fortalecer sua estrutura de baixo custo. Assim, a Companhia estabeleceu um objetivo inicial para 2010 de ter um percentual mínimo de caixa de pelo menos 25% de sua receita líquida, que foi já atingida no segundo trimestre de 2010. Os resultados dos últimos meses do ano já refletem parcialmente essas iniciativas que são totalmente relacionadas ao nosso DNA estratégico de baixo custo e baixa tarifa, que certamente darão continuidade ao nosso histórico de resultado positivos com rentabilidade, inovação, satisfação do cliente e dos colaboradores. Essas conquistas são alcançadas graças a uma equipe dedicada, tornando a GOL cada vez mais a melhor companhia para se viajar, trabalhar e investir.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante							
Caixa e equivalentes							
de caixa	3	229.436	226.987	3.520	1.955.858	1.382.028	169.330
de caixa restrito	4	-	3.180	160.501	-	18.820	176.697
Aplicações financeiras	5	19.790	25.232	52.264	22.606	40.444	245.585
Contas a receber	6	-	-	-	303.054	519.308	344.927
Estoques	7	-	-	-	170.990	137.959	188.164
Impostos a recuperar	8	34.901	31.156	28.100	88.143	86.125	110.767
Despesas antecipadas	9	7.969	31.622	8.289	123.003	124.728	123.801
Depósitos	10	-	9.552	104.463	-	50.429	237.914
Outros créditos e valores		54	-	-	41.198	42.983	52.386
		292.150	327.734	357.137	2.704.852	2.403.204	1.649.571
Não circulante							
Depósitos	10	7.550	42.857	548	715.377	805.140	493.460
Despesas antecipadas	9	-	63.574	58.794	54.201	63.574	58.793
Caixa restrito	4	-	-	-	34.500	7.264	6.589
Impostos diferidos	8	20.719	9.108	93	817.545	866.136	603.071
Créditos com empresas relacionadas	11	483.230	199.608	1.146.224	-	-	-
Investimentos	12	2.750.723	2.417.133	437.138	-	-	-
Outros créditos e valores		-	-	-	9.227	17.304	98.956
Imobilizado	14	666.251	804.631	957.559	3.460.968	3.325.713	3.011.105
Intangível	15	177	266	-	1.267.177	1.231.785	1.210.320
		3.928.650	3.537.177	2.600.356	6.358.995	6.316.916	5.482.294
Total do ativo		4.220.800	3.864.911	2.957.493	9.063.847	8.720.120	7.131.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		2010	2009	2009	2010	2009	2009
Receita líquida							
Transporte de passageiros		-	-	-	6.277.657	5.306.530	-
Transporte de cargas e outras		-	-	-	701.790	718.852	-
	24	-	-	-	6.979.447	6.025.382	-
Custo dos serviços prestados	23	-	-	-	(5.376.884)	(4.697.612)	-
Lucro bruto					1.602.563	1.327.770	-
Receitas (despesas) operacionais	23	-	-	-	(602.850)	(474.792)	-
Despesas comerciais					(37.688)	(21.831)	(301.596)
Despesas administrativas					19.307	12.638	(452.324)
Outras receitas (despesas) operacionais					(18.381)	(9.193)	(904.768)
					292.463	725.684	(914.478)
Resultado de equivalência patrimonial	12				274.082	716.491	697.795
Lucro operacional					(88.190)	(78.510)	(297.256)
Resultado financeiro					14.242	6.511	44.330
Juros sobre empréstimos					(10.421)	32.754	(117.022)
Receita com aplicações financeiras					14.524	245.153	46.549
Resultado líquido com derivativos					(619)	(32.199)	12.100
Variação cambial, líquida					(70.464)	173.709	342.844
Outros					-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social					203.618	890.200	386.496
Imposto de renda e contribuição social correntes					(10.332)	8.035	(53.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					11.611	632	(118.444)
	8				10.579	632	(172.299)
Lucro líquido do exercício					214.197	890.832	214.197
Média ponderada de ações em circulação					13	268.564	227.472
Lucro básico por ação					13	0,798	3,916
Lucro diluído por ação					13	0,796	3,914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		2010	2009	2009
Lucro líquido do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Hedges de fluxo de caixa				
Efeito fiscal				
Total do resultado abrangente do exercício				
A movimentação do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está apresentada a seguir:				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Hedges de fluxo de caixa				
Efeito fiscal				
Saldos em 01 de janeiro de 2009				
Perdas realizadas em instrumentos financeiros transferidos ao resultado				
Redução no valor justo				
Saldos em 31 de dezembro de 2009				
Perdas (ganhos) realizadas em instrumentos financeiros transferidos ao resultado				
Redução no valor justo				
Saldos em 31 de dezembro de 2010				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), a entidade mais representativa do setor de aviação no mundo, que define a regulamentação aplicável à operação das empresas aéreas, com o intuito de garantir, principalmente, a segurança dos passageiros. Ela é reconhecida como padrão mundial para avaliação do gerenciamento da segurança operacional e de controle das empresas aéreas. Com isso, a Companhia tem voz global nas discussões sobre o desenvolvimento da indústria de aviação comercial, participando ativamente de fóruns e acompanhando os estudos e indicadores mais atualizados. Além disso, a Companhia é membro votante em decisões da Associação. **Malha Aérea:** No ano de 2010, a Companhia iniciou operações em novas rotas como Aeroperque Jorge Newbery em Buenos Aires, Bridgetown em Barbados, Ponta Cana na República Dominicana, Bauri e Montes Claros. Além desse importante passo para o desenvolvimento da empresa, a Companhia também ganhou novas conexões com os acordos comerciais fechados com as empresas de aviação regional NOAR e Passaredo, com destaque para Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Caruaru. A extensa malha aérea e alta frequência entre os principais aeroportos domésticos do país, fazem da GOL o destaque no mercado doméstico de aviação.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Por ter sido criada em um contexto preocupado com questões socioambientais, a GOL tem incorporado ao plano de negócios o desenvolvimento sustentável e a estrutura de suas operações, obtendo investimentos estratégicos que proporcionam expressivos ganhos em rentabilidade operacional, eficiência ambiental e em qualidade aos seus passageiros. A estratégia de negócio atrelada ao comprometimento com a sustentabilidade e estrutura de suas operações, processos e ações, os tornam economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos. Além de garantir continuidade e rentabilidade da empresa a longo prazo, os processos adotados tem como objetivo minimizar impactos, trazer benefícios ao meio ambiente e levar desenvolvimento à sociedade. Com a missão de aproximar pessoas com segurança e inteligência, a GOL constrói relações de ética, transparência e responsabilidade socioambiental cada vez mais consistentes com seus clientes, colaboradores, parceiros e investidores. A frota da Companhia é composta por modernas aeronaves que geram menos poluição sonora e já cumprem metas de redução de emissão de CO2 a serem exigidas por lei a partir de 2014. Além desse projeto, desde 2006 a Companhia desenvolve o descarte ético de Carus, que permitiu, em 2009, a reciclagem de 32% do total gerado, entre papel, papelão, plástico, peças de aeronaves, óleo queimado e tintas. A Companhia também trabalha com um método de pintura eletrostática que reduz em 300kg do peso da aeronave, economizando tinta na pintura e liberando menos emissões de CO2 ao ambiente. A GOL desenvolveu um programa próprio para a gestão de resíduos provenientes da manutenção de aeronaves em suas bases operacionais. Além de ser ambientalmente correta, alinhada às políticas de responsabilidade ambiental da Companhia, a gestão de resíduos estendida às bases, permite maior controle à GOL em relação ao consumo e utilização de materiais. Adicionalmente, a Companhia desenvolve continuamente pesquisas que resultarão em tecnologia mais limpa e que garantirão a disponibilidade de combustíveis no longo prazo. Em seu Centro de Manutenção, a GOL segue a rígidos padrões ambientais: todo o óleo e efluentes químicos produzidos durante o processo de manutenção são tratados antes do descarte de forma a não prejudicar o meio ambiente. Há também a instalação de um sistema de filtros, o que cria uma melhora na exaustão ao retirar a névoa do local. Com isso, evita-se impacto à saúde do colaborador e obtém-se redução de 60% das emissões atmosféricas com a retenção de material particulado e compostos orgânicos voláteis. Para limpeza interna das aeronaves, a Companhia utiliza toalhas industriais que são lavadas por empresas especializadas para evitar qualquer tipo de desperdício. Também, desde 2003, a GOL adotou o método de lavagem a seco para a superfície das aeronaves, usando apenas 10% da água habitualmente utilizada nas lavagens comuns - essa quantidade do recurso poupado por aeronave é o suficiente para abastecer, diariamente, uma família composta por dois adultos e duas crianças. Por esse esforço e foco constante em seus objetivos, a GOL foi a única Companhia aérea brasileira selecionada a compor o SAFUG (Sustainable Aviation Fuel Users Group), grupo internacional de pesquisa de biocombustíveis para a aviação. A GOL desenvolve diversos projetos para estimular a prática do voluntariado entre os colaboradores e engajá-los em questões sociais e ambientais, dentro os quais, destacam-se: Campanha Amigos do Mundo, Copa Social, Projeto Colaborador Cidadão, Ashoka, Educador Nota 10, Projetos culturais, Projetos esportivos, entre outros. Com foco na conscientização e sensibilização dos colaboradores da GOL sobre o desenvolvimento sustentável, troca de experiências, fortalecimento e desenvolvimento do ensino no País, dando bases para a formação dos futuros profissionais e ampliação a distribuição e o desenvolvimento cultural no País, a Companhia desenvolve e apóia diversos projetos de inclusão e desenvolvimento social na área de saúde pública para crianças exatas e saúde infantil, em todo o Brasil.

ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Serviços de transporte aéreo são considerados serviços de utilidade pública e estão sujeitos à extensiva regulamentação e monitoramento do (Comando da Aeronáutica) do Ministério da Defesa, do CONAC e a ANAC. Serviços de transporte aéreo também são regulamentados pela Constituição Federal e pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. O sistema brasileiro de transporte aéreo civil é controlado por várias autoridades. A ANAC é responsável pela regulamentação das companhias aéreas, o DECEA é responsável pelo controle do espaço aéreo e a INFRAERO é responsável pela administração dos aeroportos. **Demonstrações financeiras:** Buscando atender às seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a estrutura de controles internos dos processos relevantes que trazem riscos para as demonstrações financeiras é avaliada, documentada e testada conforme os requisitos do Public Companies Audit Oversight Board (PCAOB), utilizando metodologias e critérios mundialmente reconhecidos.

PRÊMIOS

No ano de 2010, a GOL recebeu importantes prêmios institucionais, reconhecida por seu desempenho durante o ano, com destaque para: "Best Managed LATAM - 2010", na categoria Companhias Aéreas pela Revista Euromoney; "Melhores Práticas de Governança Corporativa" e "Melhor Website de Relações com Investidores", pela 12ª edição do IPI Global Rankings 2010 (IGR); "Maior Evolução em Relações com Investidores" dentre as empresas de maior valor de mercado do país, pela IR Magazine Awards Brazil 2010; "Melhor Empresa no Setor de Serviços de Transporte" pela Revista Istodé Dinheiro; "Melhor Companhia para os Acionistas 2010, categoria valor de mercado entre R\$5 a R\$15 Bilhões", pela Revista Capital Aberto; "Prêmio Nacional de Telesserviços 2010" pela Associação Brasileira de Telesserviços nas categorias Canais de Comunicação com o Cliente/Consumidor com o case "Home Based: A Sala VIP do Cliente GOL" e "GOL a favor do cliente"; e "Empresas que mais Respeitam o Consumidor na categoria Companhias Aéreas - 2010" pela Revista Consumidor Moderno.

COLABORADORES

As conquistas e sucesso da Companhia somente são possíveis graças ao empenho dos seus 18.776 colaboradores (o "Toco de Águas") dedicados, que trabalham com dinamismo e eficiência para realizar dessa história de sucesso, levando os melhores serviços aos clientes que viajam com a Companhia. Sendo assim, a Companhia acredita que a qualidade de serviço e baixo custo, são chaves para continuar com o objetivo de dar retorno a todos que acreditaram e trabalham para essa história de sucesso.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas operacionais líquidas aumentaram 15,8% e alcançaram R\$6.979,5 milhões em 2010, como resultado do aumento da demanda por voos domésticos pela classe média brasileira, devido ao cenário econômico positivo, além da nossa (i) posição dominante e aumento nas frequências entre os principais aeroportos brasileiros, (ii) índices operacionais de alta qualidade (pontualidade, regularidade do serviço ao cliente e segurança), (iii) gerenciamento dinâmico de tarifas, que combinou o fortalecimento nos yields trimestrais, com o estímulo na demanda para voos com característica turística, (iv) o crescimento do programa de milhagem Smiles, e; (v) foco em voos de curta duração no intervalo de até três horas, beneficiando viajantes de negócios. A demanda consolidada aumentou 19,2% na comparação ano a ano. A demanda no mercado doméstico aumentou 17,0%, enquanto no mercado internacional houve aumento de 46,2%, como resultado da expansão na rede internacional com a introdução de novas rotas nos reinos do Cone Sul e Caribe, a introdução de novos destinos regionais

no Brasil, além dos mercados operados por nossas companhias aéreas parceiras regionais, as quais firmamos acordos comerciais. A taxa média de ocupação consolidada foi de 67,1% em 2010 ou 3,5 pontos percentuais maior do que os 63,6% registrados em 2009, principalmente por conta do aumento em menor proporção de 12,9% na oferta de assentos por quilômetro oferecidos em comparação ao aumento de 19,2% dos passageiros pagantes por quilômetro. Os custos operacionais totalizaram R\$5.281,7 milhões representando um aumento de 11,9% em comparação aos R\$5.612,1 milhões de 2009, principalmente em função: (i) do aumento nas despesas de combustíveis em 26,2% pelo aumento em 28,9% no preço médio do barril do petróleo (WTI); (ii) aumento nos custos com pessoal em 13,8% impactado pelo dissídio salarial parcial de 6% (dos 8,75% acordados com o sindicato em jan/11) e pelo aumento de 4,5% no número de funcionários entre os períodos; (iii) despesas não-recorrentes de manutenção em função do plano de renovação de frota que ocorreu no 1º semestre de 2010, com a devolução de 11 aeronaves Boeing 737-300s e a realocação de 5 aeronaves Boeing 737 para o crescimento da demanda de voos de tratamento de longa distância e operações de subleasing. Os custos operacionais por ASK por sua vez reduziram 1,8% passando de R\$14,03 centavos em 2009 para R\$13,78 centavos em 2010, principalmente em função do: (i) aumento de 12,9% na oferta de assentos; (ii) aumento na taxa de utilização das aeronaves que alcançou aproximadamente 13 horas-bloco por dia (versus aproximadamente 12 horas em 2009); aumento de 1,9% na etapa média e; (iv) menores custos unitários de leasing de aeronaves, manutenção, despesas comerciais e publicidade e outros custos e despesas operacionais. O lucro operacional totalizou R\$957,8 milhões em 2010, com margem de 10,0% em comparação ao lucro operacional de R\$413,1 milhões e margem de 6,9% em 2009, como reflexo da melhor utilização de ativos por conta do aumento das taxas de utilização e ocupação de aeronaves, e controle dos custos operacionais. O resultado financeiro líquido representa uma despesa de R\$311,3 milhões em 2010 em comparação a um ganho de R\$342,8 milhões em 2009, devido principalmente ao menor efeito da valorização do Real frente ao Dólar sobre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira da Companhia e por maiores despesas com juros com as emissões dos bônus seniores com vencimento em 2020 em julho/10 e a emissão de debêntures em setembro. Como resultado dos fatores acima, o lucro líquido de 2010 foi de R\$214,2 milhões, representando um aumento de 2,2% em comparação ao lucro líquido de R\$890,8 milhões registrado em 2009. Endividamento e disponibilidades: A GOL obteve sucesso em seu objetivo de fortalecimento de balanço e caixa e manter um saldo em caixa de pelo menos 25% das receitas líquidas dos últimos 12 meses. Com isso, ela encerrou o ano de 2010 com um saldo de caixa (disponibilidade e aplicações financeiras) de R\$1.978,6 milhões, representando 28,3% da receita líquida do ano. Trata-se de um aumento de 11,9% comparado ao 31/10, e de 37,2% versus o 4/109. Tal patamar, demonstra a capacidade da GOL em gerar caixa por meio de sua operação e ao mesmo tempo, reduzir sua alavancagem e os riscos de liquidez. Como resultado dos fatores acima, o balanço sólido no mundo em termos de posição de balanço e rentabilidade. A GOL também cumpriu com sucesso sua estratégia de desalavancagem do balanço patrimonial e alongamento de seus compromissos financeiros, eliminando o risco de refinanciamento das dívidas a vencer no horizonte de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2010, o total de empréstimos e financiamentos da Companhia somavam R\$3.741,1 milhões, com prazo médio de 8,6 anos, sendo 79,5% desse montante em moeda estrangeira e o restante em Reais. **Investimentos:** A Companhia investiu cerca de R\$462 milhões, sendo 63% desse montante destinado ao pré-pagamento de aeronaves, como parte do plano de expansão de frota. O saldo desse valor está distribuído entre investimentos em peças e conjuntos de reposição, no centro de manutenção em Confins, aeroportos e abertura de lojas na América do Sul. **Governança Corporativa:** A GOL conduz seus negócios em linha com as melhores práticas de governança corporativa adotadas no Brasil e no mundo e é reconhecida no mercado como uma das melhores empresas em práticas de Governança Corporativa. Desde o lançamento de suas ações, em 2004, está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Também tem suas ações negociadas na Bolsa de Nova York (NYSE), adere a Lei Sarbanes Oxley e se destaca por iniciativas importantes aos acionistas como 100% de tag along para os acionistas preferencialistas, 4 membros independentes, e comitês do conselho de administração com participação ativa de seus membros independentes, que conta inclusive com um de seus membros independentes como seu Presidente.

MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Companhia é composto por 270,3 milhões de ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais estão listadas desde 2004 na Bolsa de Valores de São Paulo (GOLL4) e na Bolsa de Valores de Nova York (GOL). As ações em circulação (free-float) correspondem a 35,1% do total de ações, 71,3% das preferenciais. A GOL é uma das companhias com maior liquidez do Brasil, sendo parte do Ibovespa, Ifig, IBSCL e IBFX 50, com volume médio diário de R\$30 milhões em 2010 e de R\$28 milhões no segundo semestre, somente na BM&F Bovespa. As ações da GOL encerraram o ano de 2010 cotadas a R\$25,10 por ação, registrando uma queda de 0,6% em comparação ao preço de R\$25,25 por ação ao final de 2009.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em linha com o Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM no 381/03, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria. Durante o exercício de 2010, a Companhia não contratou serviços não relacionados à auditoria de demonstrações financeiras junto aos seus auditores externos.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESAO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

"Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008 (CUJOS SALDOS SÃO EQUIVALENTES A 1º DE JANEIRO DE 2009)

(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial					
	Capital social	Ágio na conferência de ações	Reserva especial de ágio de controlada	Custo na emissão de ações	Reserva legal	Reserva para reinvestimento	Remuneração baseada em ações	Ações em tesouraria	Ativos disponíveis para venda	Resultado não realizado de hedge	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.363.946	60.369	29.187	-	80.865	837.700	14.444	(41.180)	(2.002)	(14.371)	(994.565)	1.334.393
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(262.785)	(262.785)
Patrimônio líquido ajustado de 01 de janeiro de 2009	1.363.946	60.369	29.187	-	80.865	837.700	14.444	(41.180)	(2.002)	(14.371)	(1.257.350)	1.071.608
Total dos outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	4.137	13.054	-	17.191
Aumento de capital social.....	830.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830.848
Custo na emissão de ações.....	-	-	-	(19.194)	-	-	-	-	-	-	-	(19.194)
Cancelamento de ações em tesouraria.....	-	(29.293)	-	-	-	-	-	29.293	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros e reserva legal para absorção de prejuízos acumulados.....	-	-	-	-	(80.865)	(837.700)	-	-	-	-	918.565	890.832
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.123)	(39.123)
Constituição da reserva legal.....	-	-	-	-	39.123	-	-	-	-	-	(185.839)	(185.839)
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(557.504)	(557.504)
Destinação do lucro do exercício.....	-	-	-	-	-	557.504	-	-	-	-	32.366	32.366
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC.....	-	-	-	-	-	-	4.540	-	-	-	-	4.540
Opção de compra de ações.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.194.794	31.076	29.187	(19.194)	39.123	557.504	18.984	(11.887)	2.135	(1.317)	(230.419)	2.609.986
Realização da reserva de lucros para absorção de prejuízos acumulados por adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC.....	-	-	-	-	-	(230.419)	-	-	-	-	230.419	-
Lucro líquido do período.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214.197	214.197
Constituição da reserva legal.....	-	-	-	-	10.710	-	-	-	-	-	(10.710)	-
Proposta de dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.872)	(50.872)
Destinação do lucro do exercício.....	-	-	-	-	-	152.615	-	-	-	-	(152.615)	-
Total dos outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.648)	11.903	-	10.255
Aumento de capital social.....	120.861	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.861
Opção de compra de ações.....	-	-	-	-	-	-	24.743	-	-	-	-	24.743
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.315.655	31.076	29.187	(19.194)	49.833	479.700	43.727	(11.887)	487	10.586	-	2.929.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008 (CUJOS SALDOS SÃO EQUIVALENTES A 1º DE JANEIRO DE 2009)

(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial					
	Capital social	Ágio na conferência de ações	Reserva especial de ágio de controlada	Custo na emissão de ações	Reserva legal	Reserva para reinvestimento	Remuneração baseada em ações	Ações em tesouraria	Ativos disponíveis para venda	Resultado não realizado de hedge	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.250.618	60.369	29.187	-	80.865	837.700	14.444	(41.180)	(2.002)	(14.371)	(1.144.022)	1.071.608
Segregação do custo de emissão de ações.....	113.328	-	-	(113.328)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2009	1.363.946	60.369	29.187	(113.328)	80.865	837.700	14.444	(41.180)	(2.002)	(14.371)	(1.144.022)	1.071.608
Total dos outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	4.137	13.054	-	17.191
Aumento de capital social.....	830.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830.848
Custo na emissão de ações.....	-	-	-	(19.194)	-	-	-	-	-	-	-	(19.194)
Cancelamento de ações em tesouraria.....	-	(29.293)	-	-	-	-	-	29.293	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros e reserva legal para absorção de prejuízos acumulados.....	-	-	-	-	(80.865)	(837.700)	-	-	-	-	918.565	890.832
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.123)	(39.123)
Constituição da reserva legal.....	-	-	-	-	39.123	-	-	-	-	-	(185.839)	(185.839)
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(557.504)	(557.504)
Destinação do lucro do exercício.....	-	-	-	-	-	557.504	-	-	-	-	32.366	32.366
Opção de compra de ações.....	-	-	-	-	-	-	4.540	-	-	-	-	4.540
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.194.794	31.076	29.187	(132.522)	39.123	557.504	18.984	(11.887)	2.135	(1.317)	(117.091)	2.609.986
Lucro líquido do período.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214.197	214.197
Constituição da reserva legal.....	-	-	-	-	10.710	-	-	-	-	-	(10.710)	-
Proposta de dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.873)	(50.873)
Destinação do lucro do exercício.....	-	-	-	-	-	35.523	-	-	-	-	(35.523)	-
Total dos outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,648)	11,903	-	10,255
Aumento de capital social.....	120.861	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120,861
Opção de compra de ações.....	-	-	-	-	-	-	24,743	-	-	-	-	24,743
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.315.655	31.076	29.187	(132.522)	49.833	593.027	43.727	(11.887)	487	10.586	-	2.929.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP)		Valor adicionado recebido em transferência	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
Receitas									
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de Passageiros.....	-	-	7.303.416	6.265.232	Créditos fiscais.....	-	1.774	-	-
Outras receitas operacionais.....	19.307	12.638	-	12.638	Resultados de equivalência patrimonial.....	292.463	725.684	964.452	1.418.902
Provisão para devedores duvidosos.....	-	-	(7.728)	(7.701)	Receita financeira.....	229.305	423.982	964.452	1.418.902
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)					Valor adicionado total a distribuir	533.453	1.150.958	4.022.872	3.825.357
Fornecedores de combustível e lubrificante.....	-	-	(2.314.929)	(1.832.605)	Distribuição do valor adicionado				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(7.287)	(12.831)	(1.225.221)	(1.478.735)	Empregados.....	26.309	7.738	1.252.402	913.779
Seguros de aeronaves.....	-	-	(47.757)	(56.324)	Governo.....	(10.428)	-	724.861	326.371
Comerciais e publicidade.....	(246)	(200)	(367.757)	(353.197)	Financiadores.....	299.769	250.273	1.275.749	1.076.058
Valor adicionado bruto	11.774	(393)	3.340.024	2.549.308	Arrendatários.....	3.606	2.115	555.663	650.683
Depreciação e amortização.....	(89)	(89)	(281.604)	(142.853)	Acionistas.....	50.873	185.839	50.873	185.839
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	11.685	(482)	3.058.420	2.406.455	Reinvestido.....	163.324	704.993	163.324	672.627
					Valor adicionado total distribuído	533.453	1.150.958	4.022.872	3.825.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia" ou "GLAI") é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, em 12 de março de 2004. A Companhia tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ("VRG"), e, por intermédio de entidades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros. A GLAI é a controladora direta das subsidiárias integrais sediadas no exterior GAC Inc. ("GAC"), Gol Finance ("Finance") e indireta da SKY Finance II ("SKY II"). A GAC foi constituída em 23 de março de 2006 de acordo com as leis das Ilhas Cayman e sua atividade está relacionada com as aquisições de aeronaves para seu único acionista GLAI, que provê os recursos financeiros para suas atividades operacionais e liquidação de obrigações. A GAC é controladora das empresas SKY Finance e SKY II, constituídas em 28 de agosto de 2007 e 30 de novembro de 2009, respectivamente, ambas localizadas nas Ilhas Cayman, cuja atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. A SKY Finance foi encerrada em junho de 2010. O encerramento da SKY Finance ocorreu após a liquidação da totalidade dos recursos captados pela empresa, tendo em vista que a mesma foi criada com o objetivo específico desta captação. A Finance foi constituída em 16 de março de 2006, de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. Em 9 de abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG, uma companhia aérea de baixo custo e baixa tarifa que opera voos domésticos e internacionais com as marcas GOL e VARIG oferecendo serviços de transporte aéreo regular e não-regular entre os principais destinos no Brasil, América do Sul e no Caribe. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC e de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 22 de fevereiro de 2011. A sede oficial da Companhia está localizada na Rua Tamoios, 246, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas contabilizações é como segue: a) **Créditos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e de suas controladas diretas e indiretas estão relacionadas abaixo:

	Localidade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
			2010	2009
VRG.....	Brasil	Direto	100%	100%
GAC Inc.....	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
Gol Finance.....	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
SKY Finance.....	Ilhas Cayman	Indireto	-	100%
SKY Finance 2.....	Ilhas Cayman	Indireto	100%	100%

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com aquelas utilizadas nos exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos que a controladora VRG possui em suas sucursais no exterior (América do Sul, Europa e Estados Unidos) também são eliminados. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Consistem principalmente em saldos em caixa classificados como empréstimos e recebíveis, e aplicações financeiras que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. c) **Caixa restrito:** Consistem em aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado. d) **Ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir: i. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa classificados nesta categoria. ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, e as variações são reconhecidas no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria. iii. **Empréstimos e recebíveis:** incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, os quais após o reconhecimento inicial são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui principalmente saldos de depósitos bancários e contas a receber classificados nesta categoria. iv. **Disponíveis para venda:** incluem os ativos financeiros não derivativos que não se qualificam nas categorias acima, mensurados pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os títulos disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com os ganhos e perdas reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido até que o investimento seja alienado e os ganhos e perdas acumulados anteriormente sejam reconhecidos para o resultado. O saldo da rubrica "Aplicações Financeiras" é composto por ativos disponíveis para venda e correspondem a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e certificados de depósitos no exterior (*time deposits*). Esses ativos apre-

sentam vencimentos em prazo superior a 90 dias contados a partir da data da aplicação e seus montantes estão sujeitos a variações significativas. A Companhia não pratica investimentos com objetivos especulativos. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: i. **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica nesta categoria os derivativos não designados como instrumento de *hedge* efetivo. ii. **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:** passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nesta categoria a Companhia possui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que compreendem os arrendamentos financeiros) e as contas a pagar a fornecedores; e) **Contas a receber:** As contas a receber são mensuradas com base no custo, líquidas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo dado a sua natureza de curto-prazo. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de recolher todos os montantes devidos de acordo com termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A provisão é constituída para todas as contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e 180 dias para vendas de companhias aéreas parceiras. f) **Estoque:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. g) **Arrendamento mercantil:** De acordo com o CPC 06 e o IAS 17 "Arrendamento Mercantil", os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato de arrendamento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

de estimativa de não utilização de milhas (*breakage*) é determinado pela média ponderada de acordo com (i) o valor médio cobrado por assento pela VRG as companhias aéreas parceiras que participam do programa de fidelidade Smiles dividido pela quantidade de milhas necessárias para emissão de um bilhete com a utilização de milhas e; (ii) o valor médio de venda de milhas para as companhias aéreas que participam do programa de fidelidade Smiles. Esse valor justo é atualizado semestralmente. As milhas concedidas são valorizadas pelo valor justo descrito anteriormente e as milhas resgatadas são baixadas com base no valor médio ponderado do saldo das milhas que haviam sido diferidas. A parcela da receita referente à venda de milhas acima do valor justo das milhas é reconhecida como receita de marketing (na rubrica de outras receitas) quando o transporte é executado. A política da Companhia é cancelar todas as milhas contidas nas contas dos consumidores após 36 meses. O valor associado aos créditos de milhas que são estimados para que sejam cancelados é reconhecido como receita. A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita a partir deste programa. **1) Informações por segmento:** O CPC 22 e IFRS 8 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. As operações da Companhia possuem origem sem sua controlada VRG e consiste na prestação de serviços de transporte aéreo na América do Sul e Caribe, onde opera voos domésticos e internacionais. A Administração da Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, programa de milhagens Smiles, vendas a prazo, excesso de bagagem, multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente atribuídos a serviços de transporte aéreo. Com base na forma como a empresa trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, a Companhia possui apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro. As informações por segmento primárias da Companhia compreendem a receita líquida por segmento geográfico conforme apresentado na Nota 26. **u) Imposto de renda e contribuição social:** i. Corrente: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada controlada e sucursal com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda corrente relacionado aos itens registrados diretamente no patrimônio líquido é registrado também no patrimônio líquido, e não no resultado do exercício. ii. Diferido: O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal. O imposto de renda diferido ativo não reconhecido é reavaliado a cada data do balanço e é reconhecido até a extensão em que o lucro tributável futuro permita que o imposto de renda diferido possa ser recuperável. Impostos de renda diferidos ativos e passivos são determinados considerando as alíquotas que se espera sejam aplicadas no exercício quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, considerando também as leis vigentes na data da preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda a recuperar e o imposto de renda diferido a pagar são compensados se houver direito legalmente executável para fins de compensar o atual imposto de renda a recuperar e a pagar e o imposto de renda diferido relacionado com a mesma entidade tributável e a mesma autoridade fiscal. **v) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Estas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e de diversos outros fatores que se supõem ser razoáveis em função das circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas numa base prospectiva. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revista. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de provocar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício, estão discutidos abaixo. **i. Deterioração de ativos não financeiros:** A Companhia avalia se existe algum indicador de perda a valor recuperável de todos seus ativos não financeiros a cada data de balanço. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente e sempre que existirem indicadores de perdas financeiras. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa, ou seja, da controlada operacional VRG, foram determinados pelo cálculo de seu valor em uso. O valor em uso é determinado utilizando premissas de fluxo de caixa descontado estabelecidas pela Administração. Outros ativos não financeiros são testados para perda ao valor recuperável quando existirem indicadores de que os valores contábeis não possam ser recuperados. **ii. Deterioração de ativos financeiros disponíveis para venda:** A Companhia classifica alguns de seus ativos financeiros como disponíveis para venda e reconhece as mudanças em seu valor justo no patrimônio líquido. Quando o valor justo cai, a Administração faz avaliações sobre o declínio em seu valor para determinar se a perda econômica em seu valor deverá ser reconhecida na demonstração de resultado. **iii. Imposto de renda:** A Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis. Entretanto, reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia possui provisões que envolvem considerável julgamento da administração. As provisões são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas. **iv. Ativo Imobilizado:** Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Companhia revisou as taxas de depreciação aplicadas para as aeronaves classificadas sob a modalidade de arrendamento financeiro, reconfiguração de aeronaves e peças de reposição de 5% para 4% ao ano, para melhor compatibilidade com a vida útil destes ativos. Tal alteração é baseada em estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia. A alteração na vida útil econômica destes ativos foi aplicada prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de 01 de abril de 2009 e gerou uma redução de despesas de depreciação correspondente aos itens com alteração de vida útil econômica de aproximadamente R\$12.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. **x) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos nusmos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **y) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as seguintes normas e interpretações IFRSs (novas e ou revisadas), cuja aplicabilidade é exigida para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2011, ou períodos anuais posteriores, quando indicado de outra forma. A Administração já está avaliando sua aplicabilidade e possíveis impactos. **IFRS 9 - Financial Instruments** - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Exigida a partir do período anual com início em ou após 1º de janeiro de 2013. **Modificação da IFRS 3 - Business Combinations** - Traz as seguintes exigências: **i. Mensuração de participações não controladoras** - Especifica que a opção de mensurar as participações não controladoras, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição, é aplicável somente para as participações não controladoras que são efetivas e garantem aos titulares uma parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida no evento de uma liquidação. Todos os outros componentes das participações não controladoras devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição, a menos que outra base de mensuração seja requerida pelas IFRSs. **ii. Pagamento de prêmios baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente** - Especifica que os requerimentos atuais de mensurar os prêmios do adquirente que substituem os pagamentos baseados em ações da adquirida de acordo com a IFRS 2 na data de aquisição ("mensuração baseada em mercado") são aplicáveis também para as transações de pagamentos baseados em ações da adquirida que não são substituídos. Especifica que os requerimentos atuais de alocar a mensuração baseada em mercado de prêmios substituídos entre a contrapartida transferida na combinação de negócios e a despesa de remuneração do período após a combinação de negócios é aplicável para todos os prêmios substituídos, independentemente se o adquirente é obrigado a substituí-los ou se o faz voluntariamente. **iii. Requerimentos de transição para contrapartidas contingentes de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data de adoção obrigatória da IFRS 3 (2008)** - Esclarece que a IAS 32 - *Financial Instruments: Presentation*, a IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* e a IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* não se aplicam para contrapartidas contingentes que surgiram de combinações de negócios cuja data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (2008). **Modificação da IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures** - Encoraja divulgações qualitativas no contexto das divulgações quantitativas requeridas para auxiliar os usuários a formar uma visão geral da natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros. Esclarece o nível requerido de divulgações sobre risco de crédito e garantias detidas e fornece isenção para divulgações de empréstimos renegociados. **Modificação da IAS 34 - Interim Financial Reporting** - Dá ênfase ao princípio da IAS 34 de que as divulgações sobre eventos e transações significativos em períodos intermediários devem atualizar as informações relevantes que foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes. Esclarece como aplicar esse princípio em relação a instrumentos financeiros e seus valores justos. **Modificações à IAS 32 - Classification of rights issues** (equivalente ao CPC39) - Abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Companhia e suas controladas não celebraram nenhum acordo que se enquadraria no escopo dessas modificações. **Modificação da IAS 12 - Income Tax (Deferred Tax/Recovery of Underlying Assets)** - Requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda. A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - *Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não adotou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs (novas e revisadas) apresentadas acima. Em decorrência do trabalho do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. **2.3. Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa no 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009 (data de transição). Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetua nas suas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia apresenta nessa nota explicativa a reconciliação do balanço patrimonial e consolidado do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, e a reconciliação da demonstração do resultado e do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2009 da prática contábil adotada anteriormente para a atual. A data de transição das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRSs é em 1º de janeiro de 2007, arquivadas no formulário 20-F na U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. No entanto, com o objetivo exclusivo de atender às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, órgão regulador no Brasil, a Companhia também está apresentando o balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2009 para reconciliar a prática contábil adotada anteriormente no Brasil para a atual (aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40), sendo que não há divergências entre as demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRSs. Na data de transição da adoção das IFRSs a Companhia adotou o custo atribuído ("deemed cost"). Deste então, o montante do ativo imobilizado reflete a vida útil estimada conforme previsto pela norma contábil. Conforme permitido pela SEC e CVM e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional emitido pelo "International Accounting Standards Board - IASB" em IFRS, bem como nos termos da Legislação Societária Brasileira, simultaneamente, através da instrução CVM 457/07 alterada pela instrução CVM 485/10. **2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas: Conciliações entre as práticas contábeis adotadas anteriormente e a atual:** a) Conciliação do balanço patrimonial:

Item	Em 01/01/09			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BRGAAP anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs	BRGAAP anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa.....	(iv) 193.947	(24.617)	169.330	1.382.408	-	1.382.408
Caixa restrito.....	176.697	-	176.697	18.820	-	18.820
Aplicações financeiras.....	(iv) 220.967	24.618	245.585	40.444	-	40.444
Contas a receber.....	344.927	-	344.927	519.308	-	519.308
Estoques.....	(ii) 194.015	(5.851)	188.164	143.810	(5.851)	137.959
Impostos a recuperar.....	110.767	-	110.767	86.125	-	86.125
Despesas antecipadas.....	(iv) 123.797	4	123.801	124.728	-	124.728
Depósitos.....	237.914	-	237.914	50.429	-	50.429
Outros créditos e valores.....	(iv) 49.440	2.946	52.386	40.037	2.946	42.983
	1.652.471	(2.900)	1.649.571	2.406.109	(2.905)	2.403.204
Não circulante						
Depósitos.....	(iv) 473.666	19.794	493.460	778.355	26.785	805.140
Despesas antecipadas.....	58.793	-	58.793	63.574	-	63.574
Caixa restrito.....	6.589	-	6.589	7.264	-	7.264
Impostos diferidos.....	(iii) 493.771	109.300	603.071	756.836	109.300	866.136
Outros créditos e valores.....	(iv) 13.969	84.987	98.956	17.304	-	17.304
Imobilizado.....	3.011.105	-	3.011.105	3.325.713	-	3.325.713
Intangível.....	1.024.290	-	1.024.290	1.045.755	-	1.231.785
	5.082.183	400.111	5.482.294	5.994.801	322.115	6.316.916
Total do ativo.....	6.734.654	397.211	7.131.865	8.400.910	319.210	8.720.120

Item	Em 01/01/09			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs	BR GAAP anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs
PASSIVO						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos.....	967.452	-	967.452	591.695	-	591.695
Fornecedores.....	283.719	-	283.719	362.382	-	362.382
Obrigações trabalhistas.....	146.805	-	146.805	233.162	-	233.162
Obrigações fiscais.....	39.605	-	39.605	57.277	-	57.277
Taxas e tarifas aeroportuárias.....	97.210	-	97.210	76.331	-	76.331
Transportes a executar.....	572.573	-	572.573	561.347	-	561.347
Dividendos a pagar.....	577	-	577	186.416	-	186.416
Programa de milhagem.....	(i) 18.399	71.644	90.043	12.382	80.159	92.541
Adiantamentos de clientes.....	-	-	-	126.059	-	126.059
Provisões.....	165.287	-	165.287	66.259	-	66.259
Outras obrigações.....	(iv) 211.057	8.251	219.308	85.879	-	85.879
	2.502.684	79.895	2.582.579	2.359.099	80.159	2.439.258
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos.....	2.452.437	-	2.452.437	2.542.167	-	2.542.167
Impostos diferidos.....	(iii) 201.024	220.943	421.967	341.032	221.271	562.303
Provisões.....	(iv) 52.529	104.781	157.310	50.049	26.785	76.834
Programa de milhagem.....	(i) -	262.626	262.626	-	221.414	221.414
Adiantamentos de clientes.....	-	-	-	64.087	-	64.087
Obrigações fiscais.....	(iv) 41.055	-	41.055	88.642	-	88.642
Outras obrigações.....	(iv) 150.532	(8.249)	142.283	115.429	-	115.429
	2.897.577	580.101	3.477.678	3.201.406	469.470	3.670.876
Patrimônio líquido						
Capital social.....	1.363.946	(113.328)	1.250.618	2.175.600	(113.328)	2.062.272
Reservas de capital.....	89.556	-	89.556	60.263	-	60.263
Reservas de lucros.....	918.565	(918.565)	-	596.627	(596.627)	-
Ações em tesouraria.....	(41.180)	-	(41.180)	(11.887)	-	(11.887)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(16.373)	-	(16.373)	818	-	818
Remuneração baseada em ações.....	(iv) 14.444	(14.444)	-	18.984	-	18.984
Prejuízos acumulados.....	(994.565)	783.552	(211.013)	-	479.536	479.536
	1.334.393	(262.785)	1.071.608	2.840.405	(230.419)	2.609.986
Total do passivo e patrimônio líquido.....	6.734.654	397.211	7.131.865	8.400.910	319.210	8.720.120

b) Conciliação do patrimônio líquido consolidado:

Item	Patrimônio Líquido		Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
	31/12/09	01/01/09	
Conforme práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil.....	2.840.405	1.334.393	
Programa de milhagem (i).....	3.034	(29.663)	
Efeitos da aquisição de empresas (ii).....	(346.306)	(346.306)	
Impostos diferidos (iii).....	112.853	113.184	
Conforme BR GAAP atual/IFRS.....	2.609.986	1.071.608	

Notas às reconciliações: i) *Programa de milhagem:* A controlada VRG opera um programa de milhagem, o Smiles ("Programa de Milhagem") que proporciona viagens e outros prêmios a membros baseado nas milhas por eles acumuladas. A parcela de receita relativa às milhas é diferida, a fim de que o seu reconhecimento no resultado seja somente no momento da utilização das milhas e quando o serviço é prestado. Para fins de IFRS, a receita diferida é registrada ao valor justo com base em uma estimativa do valor médio do preço de venda de todas as milhas que foram diferidas. Enquanto que, nas demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, as obrigações eram reconhecidas com base no custo incremental que consistia no custo adicional da prestação de serviços. Os impactos contábeis deste ajuste no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram de R\$(29.663) e R\$3.034, respectivamente e de R\$32.366 no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. **ii) Diferença na contabilização de aquisições de empresas:** De acordo com o IFRS, a alocação do preço de compra da VRG foi efetuada com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos líquidos, incluindo os passivos contingentes, sendo o excedente do valor de compra registrado como ágio por expectativa de rentabilidade futura da operação. Nas demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil, o ágio era calculado com base no valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. Em conexão com a adoção dos novos pronunciamentos em vigor em 2010, o ágio foi calculado com base nos valores justos dos ativos e passivos e a Companhia alocou parte do ágio aos ativos intangíveis para melhor refletir a essência econômica da transação. **iii) Impostos diferidos:** Correspondem às diferenças relativas de critérios contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs com as demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas anteriormente adotadas no Brasil (BR GAAP). Os impactos deste ajuste no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram de R\$113.184 e R\$112.853, respectivamente e no resultado foi de R\$(31) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. **iv) Reclassificações entre linhas do Balanço Patrimonial para equalização das diferenças da alocação de algumas rubricas entre BRGAAP anterior e BR GAAP atual/IFRSs.**

c) Conciliação da demonstração do resultado consolidada

Item	Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs
Receita líquida			
Transporte de passageiros.....	(i) 5.293.251	13.279	5.306.530
Transporte de cargas e outras.....	(i) 699.434	19.418	718.852
	5.992.685	32.697	6.025.382

Item	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BRGAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BRGAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa.....	3.520	-	3.520	226.987	-	226.987
Caixa restrito.....	160.501	-	160.501	3.180	-	3.180
Aplicações financeiras.....	52.264	-	52.264	25.232	-	25.232
Impostos a recuperar.....	28.100	-	28.100	31.156	-	31.156
Despesas antecipadas.....	8.289	-	8.289	31.627	-	31.627
Depósitos.....	104.463	-	104.463	9.552	-	9.552
	357.137	-	357.137	327.734	-	327.734
Não circulante						
Depósitos.....	548	-	548	42.857	-	42.857
Despesas antecipadas.....	58.794	-	58.794	63.574	-	63.574
Impostos diferidos.....	93	-	93	9.108	-	9.108
Créditos com empresas relacionadas.....	1.146.224	-</				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

4. Caixa Restrito
O caixa restrito está representado por depósitos de margem de garantia vinculados a empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) os quais foram aplicados em fundos DI e remunerados a taxa média ponderada de 98,5% do CDI. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo registrado no ativo não circulante é de R\$34.500 (R\$18.820 e R\$17.680 em 31 de dezembro de 2009 registrados no ativo circulante e no ativo não circulante, respectivamente, e R\$176.697 e R\$6.589 em 1º de janeiro de 2009 registrados no ativo circulante e no ativo não circulante, respectivamente). Até 30 de setembro de 2010, a Companhia possui depósitos de margem de garantia junto a BM&FBOVESPA para operações de Futuro de Dólar. Durante o quarto trimestre esse saldo foi resgatado e substituído por uma carta fiança no valor de R\$100.000 com vencimento em 30 de setembro de 2011 e o custo da fiança é de 1,3% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, o montante de depósitos de margem de garantia vinculados às operações de hedge era de R\$18.820 no ativo circulante (R\$174.660 em 1º de janeiro de 2009).

5. Aplicações financeiras

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fundos de investimento	-	2.755	21.177	2.816	16.307	148.945
Certificados de depósitos no exterior	19.790	22.312	31.087	19.790	22.312	31.086
Outros	-	165	-	-	1.825	65.554
Total ativos financeiros disponíveis para venda	19.790	25.232	52.264	22.606	40.444	245.585

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são compostos basicamente por fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e certificados de depósitos no exterior (*time deposits*). Essas aplicações financeiras possuem um prazo médio de vencimento de 83 dias e são remuneradas, respectivamente, a taxa média de 108,5% do CDI ao ano e 11,0% ao ano.

6. Contas a receber

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Moeda nacional						
Administradoras de cartões de crédito	90.612	341.784	95.907	149.393	123.884	116.270
Agências de viagens	48.564	57.491	92.913	20.582	14.220	15.505
Vendas parceladas	16.608	9.287	12.479	27.491	13.874	36.244
Outros	27.491	13.874	36.244	353.250	560.540	368.508
Total	193.765	453.236	247.923	236.316	166.799	131.500

Moeda estrangeira

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Administradoras de cartões de crédito	5.855	4.273	5.749	3.935	6.349	13.940
Agências de viagens	141	545	1.428	9.931	11.167	21.117
Agências de cargas	363.181	571.707	389.625	(60.127)	(52.399)	(44.698)
Outros	363.181	571.707	389.625	303.054	519.308	344.927

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo no início do exercício	(52.399)	(44.698)	(36.369)
Adições	(27.689)	(41.366)	(15.864)
Montantes incobráveis	5.623	17.672	-
Recuperações	14.338	15.993	7.535
Saldo no final do exercício	(60.127)	(52.399)	(44.698)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	270.286	498.684	327.722
Vencidas até 30 dias	19.091	10.172	13.103
Vencidas de 31 a 60 dias	4.128	4.870	3.555
Vencidas de 61 a 90 dias	5.533	2.350	4.455
Vencidas de 91 a 180 dias	8.041	14.592	13.011
Vencidas de 181 a 360 dias	7.052	9.492	8.194
Vencidas acima de 360 dias	49.050	31.547	19.585
Total	363.181	571.707	389.625

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de sete meses e são cobrados juros mensais de 5,99% sobre o saldo a receber, que são contabilizados no resultado financeiro no momento do recebimento. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 45 dias. Em 31 de dezembro de 2010, o montante a receber de agências de viagem no valor de R\$24.300 (R\$67.691 e R\$18.070 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) estão vinculadas a garantias de contratos de empréstimos.

7. Estoques

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Materiais de consumo	16.702	11.040	9.318
Peças e materiais de manutenção	117.740	98.744	108.408
Adiantamentos a fornecedores	43.725	25.086	65.230
Importações em andamento	1.885	5.749	5.378
Outros	7.942	5.942	4.105
Provisão para obsolescência	(17.004)	(8.602)	(4.275)
Total	170.990	137.959	188.164

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo no início do exercício	(8.602)	(4.275)	(12.013)
Adições	(44.426)	(4.327)	(8.473)
Baixas	36.024	-	16.211
Saldo no final do exercício	(17.004)	(8.602)	(4.275)

8. Impostos diferidos e a recuperar

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Impostos a recuperar:						
Ativo circulante						
ICMS ⁽¹⁾	-	-	-	7.039	4.711	4.184
Antecipações de IRPJ e CSSL ⁽²⁾	32.187	30.446	26.433	35.186	37.644	45.106
IRRF ⁽³⁾	2.507	505	1.642	8.548	2.044	25.837
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	-	-	-	-
Imposto de valor agregado recuperável - IVA ⁽⁴⁾	-	-	-	17.334	18.047	17.193
Imposto de renda sobre importações	177	-	-	15.805	18.119	-
Outros	30	205	25	719	489	2.479
Total dos impostos a recuperar	34.901	31.156	28.100	88.143	86.125	110.767

Impostos diferidos:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais	15.166	6.628	-	340.055	346.725	272.027
Base negativa de contribuição social	5.460	2.387	-	122.420	124.821	37.365
Diferenças temporárias:						
Programa de milhagem	-	-	-	70.603	109.300	119.907
Provisão para ativos de liquidação duvidosa	-	-	-	190.664	187.558	130.656
Provisão para processos judiciais	-	-	-	44.556	60.419	-
Devolução de aeronaves	-	-	-	11.318	12.455	34.889
Outros	93	93	93	37.929	24.858	8.227
Total do imposto diferido ativo não circulante	20.719	9.108	93	817.545	866.136	603.071

Passivo não circulante

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Marcas	-	-	-	21.457	21.457	21.457
Direitos de voo	-	-	-	190.686	190.686	190.686
Depósitos de manutenção	-	-	-	155.266	151.820	133.276
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	-	115.098	83.427	64.564
Estorno da amortização do ágio	-	-	-	51.064	25.532	-
Operações de leasing de aeronaves	-	-	-	94.950	69.893	-
Outros	-	26	1.505	13.664	19.488	11.984
Total do imposto diferido passivo não circulante	-	26	1.505	642.185	562.303	421.967

(1) ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços. (2) IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável. CSSL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais. (3) IRRF: retenção do imposto de renda aplicável em determinadas operações domésticas, tais como pagamento de taxas para alguns prestadores de serviço, pagamento de salários e rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários. (4) IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços no exterior. A Companhia e sua controlada têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)			Controlada (VRG)		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Prejuízo fiscal	264.920	266.250	1.299.555	1.360.390	-	-
Base negativa de contribuição social	264.920	266.250	1.299.555	1.360.390	-	-

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com e base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos reconhecidos. Adicionalmente, a controladora GLAI tem o montante total de créditos fiscais de R\$90.073, entretanto a Companhia reconheceu uma provisão para perda de R\$69.447 para os créditos que não tem perspectiva de realização em um futuro imediato. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	203.618	890.200	386.496	756.136	-	-
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(69.230)	(302.668)	(131.409)	(257.086)	-	-
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:						
Equivalência patrimonial	99.437	246.733	-	-	-	-
Resultado das subsidiárias integradas	(26.283)	(41.102)	(26.283)	3.796	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido de exercícios anteriores	11.611	9.014	11.611	270.158	-	-
Despesas indutíveis (receitas não tributáveis) das controladas	-	-	(23.001)	22.970	-	-
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	(9.828)	(16.279)	(8.089)	(10.076)	-	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior	4.872	104.934	4.872	104.934	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	10.579	632	(172.299)	134.696	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.032)	-	(53.855)	(609)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.611	632	(118.444)	135.305	-	-
Total	10.579	632	(172.299)	134.696	-	-

9. Despesas antecipadas

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Perdas diferidas de transações de <i>sale-leaseback</i> de aeronaves (a)	-	72.947	66.603	63.574	72.947	66.603
Pagamentos de prêmios de <i>hedge</i>	7.330	21.997	-	30.154	23.190	-
Pré-pagamentos de arrendamentos	-	-	-	33.322	35.453	45.596
Pré-pagamentos de seguros	639	257	480	27.860	37.208	52.971
Pré-pagamentos de comissões	-	-	-	16.228	14.705	11.738
Outros	-	-	-	5.666	4.799	5.686
Total	7.969	95.201	67.083	177.204	188.302	182.594

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante	7.969	31.627	8.289	123.003	124.728	123.801
Não-circulante	-	63.574	58.794	54.201	63.574	58.793

(a) Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves no montante de R\$89.337. Essas perdas estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na Nota nº 25.b.

10. Depósitos
Controladora (BRGAAP): A Companhia e sua controlada VRG efetuaram depósitos para manutenção de aeronaves e motores que serão utilizados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil. A Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para assim permitir a utilização desses recursos financeiros em outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento da sua controlada VRG. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 estão classificados no ativo não circulante no montante de R\$7.550 (R\$9.552 e R\$42.857 em 31 de dezembro de 2009 e R\$104.463 e R\$548 em 1º de janeiro de 2009 classificados no ativo circulante e não circulante, respectivamente). *Consolidado (IFRS e BRGAAP): Depósitos de manutenção:* A Companhia efetua depósitos para manutenção de aeronaves e motores que serão aplicados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente. Os depósitos são valorizados conforme determinado nos contratos de arrendamento com base em medidas de desempenho, como horas de voo ou ciclos e são utilizados para pagamento das manutenções efetuadas, podendo ser reembolsados à Companhia ao término dos contratos. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização dos gastos de manutenção. Alguns contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos de manutenção não são reembolsáveis. Tais excessos ocorrem quando os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Os excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento. Com base nas análises regulares de recuperação dos depósitos, a Administração acredita que os valores refletidos no balanço consolidado são recuperáveis, não havendo indicadores de deterioração dos depósitos de manutenção, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 classificado no ativo não circulante é de R\$456.666 (R\$50.429 e R\$472.244, em 31 de dezembro de 2009 e R\$237.914 e R\$283.823 em 01 de janeiro de 2009 no ativo circulante e não circulante, respectivamente). Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para permitir a utilização dos depósitos para cobrir outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento. Muitos dos contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção. *Depósitos de garantia de contratos de arrendamento:* Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia às empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$127.963 (R\$251.716 em 31 de dezembro de 2009 e R\$147.927 em 01 de janeiro de 2009). *Depósitos judiciais:* Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos tributários e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010, registrado no ativo não circulante totalizavam R\$130.748 (R\$81.180 em 31 de dezembro de 2009 e R\$61.710 em 01 de janeiro de 2009).

11. Transações com partes relacionadas
Contratos de mútuos - ativo não circulante - Controladora: A Companhia mantém mútuo com sua controlada VRG, sem previsão de encargos financeiros, avais e garantias, que totaliza R\$483.230 em 31 de dezembro de 2010 (R\$199.608 em 31 de dezembro de 2009 e R\$1.146.224 em 1º de janeiro de 2009). *Serviços gráficos, de transportes e de consultoria:* A controlada VRG mantém contrato com a empresa ligada Breda Transportes e Serviços S.A. para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, com data de vencimento em 16 de novembro de 2010 podendo ser renovado a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas). A Controlada VRG também mantém contratos com as empresas ligadas Expresso União Ltda., União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., Serviços Gráficos Ltda. e HK Consultoria e Participações para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos, transporte de cargas expressas, transporte de funcionários, serviços gráficos e serviços de consultoria, respectivamente, com prazos de vigência de 12 meses sem a incidência de encargos financeiros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esses de serviços de R\$8.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)
Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo para os próximos exercícios são contados a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano subsequente, são como segue:

Controladora (BR GAAP)						
	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos):						
Bônus senior I.....	-	-	-	-	372.494	372.494
Bônus senior II.....	-	-	-	-	487.887	487.887
Bônus perpétuos.....	-	-	-	-	332.935	332.935
Total.....	-	-	-	-	1.193.316	1.193.316

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Moeda nacional:						
Empréstimo BNDES.....	8.372	-	-	-	-	8.372
Empréstimo Safra.....	28.899	28.899	13.136	-	-	70.934
Empréstimo BDMG e BDMG II.....	3.273	6.381	4.394	4.119	9.165	27.332
Debêntures.....	-	-	-	-	593.870	593.870
Total.....	40.544	35.280	17.530	597.989	9.165	700.508

Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos):						
	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
IFC.....	13.885	13.885	-	-	-	27.770
Bônus senior I.....	-	-	-	-	347.501	347.501
Bônus senior II.....	-	-	-	-	487.887	487.887
Bônus perpétuos.....	-	-	-	-	297.944	297.944
Total.....	13.885	13.885	-	-	1.133.332	1.161.102

Capital de giro: Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía US\$50.000, equivalente a R\$3.803 (R\$160.000 em 31 de dezembro de 2009 e R\$50.000 em 01 de janeiro de 2009) em capital de giro com uma instituição financeira. Junto com o empréstimo, houve a contratação de uma operação de swap, alterando o custo efetivo do empréstimo para 118% do CDI-Over, em moeda nacional (10,89% em 31 de dezembro de 2009 e 15% em 01 de janeiro de 2009). **Empréstimo BNDES (Direto):** Em 31 de julho de 2006, a Companhia contratou o financiamento do BNDES Direto com o principal objetivo de ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Confinas, aquisição de equipamentos e materiais nacionais, a aquisição de softwares nacionais, a customização de softwares realizada no país e a capacitação técnica e gerencial de pessoal, visando o crescimento de sua participação no mercado de aviação civil. A taxa média ponderada para este empréstimo em moeda nacional em 31 de dezembro de 2010 foi de 8,66% (8,90% em 31 de dezembro de 2009 e 8,90% em 01 de janeiro de 2009). Em 31 de dezembro de 2009, o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$14.352 e R\$8.372 (R\$14.352 e R\$2.725 em 31 de dezembro de 2009 e R\$14.181 e R\$36.633 em 01 de janeiro de 2009). O financiamento exige como garantia títulos de certificado de depósito bancário no valor mínimo de R\$8.000 reconhecido como caixa restrito. **Empréstimo BNDES Repasse - Banco Safra:** Em 31 de março de 2010, a VRG contratou com o Banco Safra uma linha de crédito no valor total de R\$44.436 com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através de seu programa indireto de repasse "Finame Moderniza BK". Os recursos serão destinados à modernização de turbinas em oficinas nacionais especializadas. O empréstimo tem prazo de 48 meses com seis meses de carência e o principal será amortizado mensalmente. O pagamento mensal juro é calculado com base na TJLP acrescido de 5,50% a.a.. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía valores em garantia referente a esta linha de crédito. Em 26 de maio de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$23.000 cujo valor é referente à segunda parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social através de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em maio de 2014, o contrato afirma 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a.. Em 27 de setembro de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$33.705 cujo valor é referente à terceira parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social através de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em setembro de 2014, o contrato afirma 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2010 o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$27.550 e R\$79.934. **Empréstimo BDMG:** Em 29 de fevereiro de 2010, a VRG, firmou nova captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$ 20.000 que também será utilizado no financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confinas em Minas Gerais e na construção da Oficina de Freios situado no aeroporto Internacional Tancredo Neves em Lagoa Santa, Minas Gerais. O empréstimo tem um prazo total de oito anos com carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6% a.a. O empréstimo é amortizado mensalmente no período de 60 meses. O financiamento exige como garantia títulos de certificado de depósito bancário no valor mínimo de R\$26.500 reconhecido como caixa restrito. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$3.376 e R\$27.332 (R\$2.806 e R\$10.056 em 31 de dezembro de 2009 e R\$2.567 e R\$12.593 em 01 de janeiro de 2009). **Empréstimo ENIMME:** Em 31 de dezembro de 2010, a VRG possuía o montante de R\$2.718 (US\$1.655) com recursos oriundos do Banco do Brasil. Os recursos serão destinados ao financiamento de importação de peças e componentes aeronáuticos. O empréstimo tem prazo de um ano e a amortização tanto do principal como dos juros ocorrerá na data do vencimento em 14 de junho 2011. A taxa incidente sobre esta operação é de Libor mais 1,5% a.a. **Empréstimo IFC:** Em julho de 2006, a Companhia por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida junto ao International Finance Corporation (IFC) no valor de R\$108.000 (US\$50.000). O financiamento está sendo utilizado para aquisição de peças de reposição e para capital de giro. O financiamento tem prazo de seis anos com juros calculados com base na Libor acrescida de 1,875% a.a. e tem garantia de penhor de peças e equipamentos semestrais de R\$7.256 (US\$4.167) no período de 6 meses. Em julho de 2009, a Companhia renegotiou o contrato da dívida modificando a taxa de juros de Libor mais 1,875% a.a. para Libor mais 3,75% a.a.. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$13.885 e R\$27.770 (R\$14.510 e R\$43.530 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.475 e R\$77.900 em 01 de janeiro de 2009). **Debêntures:** Em 30 de setembro de 2010, a Companhia aprovou a quarta emissão pública de 600 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG com garantia da Companhia, e sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$600.000. Esta emissão tem a finalidade de pagar antecipadamente a terceira emissão ocorrida em maio de 2009 e suprir a necessidade de capital de giro da VRG. Os custos de emissão foram R\$6.453, que compõem o montante líquido captado de R\$593.547. O prazo de vencimento das debêntures é de cinco anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada integralmente em 30 de setembro de 2015. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 118% do CDI. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$593.870 (R\$374.045 em 31 de dezembro de 2009). Esta emissão está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial por parte de sua emissora a qualquer momento e a seu critério, com pagamento do prêmio de 1,1% calculado conforme determina sua escritura. **Bônus Sênior:** Em 22 de março de 2007, a Companhia por meio de sua controlada Finance, emitiu bônus sênior no valor de R\$463.545 (US\$225 milhões) com garantia fidejussória da Companhia e da VRG. Os bônus sênior tem vencimento em 2017, com juros de 7,50% a.a. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar os pré-pagamentos para aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia de U.S. Exim Bank. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$297.944 (R\$310.079 em 31 de dezembro de 2009 e R\$414.468 em 01 de janeiro de 2009). Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2010, refletindo o reajuste frequente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço são conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Bônus sênior (I e II).....	860.381	896.280	835.389	896.280
Bônus perpétuos.....	332.935	323.943	297.944	323.943

Arrendamentos mercantis financeiros: Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro estão denominados em dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2010 estão detalhados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
2009.....	-	-	222.222	
2010.....	-	207.877	221.904	
2011.....	227.174	206.823	220.906	
2012.....	227.174	204.907	219.188	
2013.....	227.174	204.053	219.188	
2014.....	227.174	204.053	215.348	
2015.....	219.576	204.053	215.348	
Após 2015.....	935.450	771.817	555.178	
Total de pagamentos mínimos de arrendamento.....	2.063.722	2.003.583	2.089.282	
Menos total de juros.....	(383.618)	(446.165)	(502.121)	
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos.....	1.680.104	1.557.418	1.587.161	
Menos parcela de curto prazo.....	(146.634)	(136.679)	(157.948)	
Parcela de longo prazo.....	1.533.470	1.420.739	1.429.213	

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,23% em 31 de dezembro de 2010 (6,64% em 31 de dezembro de 2009 e 7,92% em 01 de janeiro de 2009). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros. A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves arrendadas para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2010 os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$37.407 (R\$24.617 em 31 de dezembro de 2009 e R\$13.556 em 01 de janeiro de 2009). **Condições contratuais restritivas:** A Companhia possui cláusulas restritivas em seus contratos de financiamento com as seguintes instituições financeiras: IFC, BNDES, Banco do Brasil e Debêntures. A Companhia e suas controladas atingiram os parâmetros mínimos estabelecidos junto a todas as instituições financeiras para os índices requeridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

17. Transportes a executar
Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transportes a executar classificados no passivo circulante de R\$517.006 (R\$561.347 e R\$572.573 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, respectivamente) é representado por 2.270.720 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 95 dias (96 e 80 dias em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, respectivamente).

18. Programa de milhagem
Desde a aquisição da VRG, a Companhia opera um programa de milhagem denominado Smiles ("Programa Smiles"), que consiste no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens. As obrigações assumidas decorrentes do Programa Smiles foram avaliadas na data de aquisição da VRG ao valor justo que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas que se espera que sejam resgatadas no Programa Smiles. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de receita diferida Smiles é de R\$26.200 e R\$181.456 classificado no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$92.541 e R\$221.414 em 31 de dezembro de 2009 e R\$90.043 e R\$262.626 em 01 de janeiro de 2009).

19. Adiantamento de clientes
Em 30 de setembro de 2009, a Companhia por meio de sua subsidiária VRG concluiu uma parceria com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. por meio de um Acordo Operacional para emissão e administração de cartões de crédito no formato "co-branded", relativos à compra de milhas do programa de milhagem, direito de acesso e de utilização do cadastro de clientes do programa e mais um adicional pela remuneração variável condicionada ao direito de acesso e de utilização do cartão de seus clientes pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos pelo prazo de 5 anos, totalizando aproximadamente R\$481 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante referente a este acordo é correspondente a R\$16.484 e no passivo não circulante de R\$33.262. Em 27 de julho de 2009 a Companhia por meio de sua subsidiária VRG, firmou um acordo comercial com a Operadora e Agência de Viagens CVC Tur Ltda. ("CVC"), pelo prazo de 6 meses no valor de R\$50.000, para habilitação de venda aos seus clientes de passagens aéreas de voos operados pela VRG, que se prolongou através de um aditivo. Este foi substituído pelo contrato firmado em 08 de junho de 2010 no valor de R\$50.000, para venda de fretamentos nacionais e internacionais. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante, referente a este acordo é correspondente a R\$8.097.

20. Obrigações Fiscais

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PIS e COFINS.....	-	10.257	-	83.857	63.971	50.756
REFIS.....	10.257	-	-	38.166	38.166	-
IOF.....	125	13.307	-	125	13.415	-
IRRF sobre salários.....	5	-	-	20.895	8.855	4.166
CIDE.....	5	101	-	354	4.593	-
ICMS.....	-	-	-	3.584	2.121	8.421
Imposto sobre importação.....	-	-	-	3.712	2.455	2.383
Outros.....	10	66	2.241	7.222	12.343	14.934
Total.....	10.402	23.731	2.241	157.912	145.919	80.660

PIS e COFINS: Com o início da sistemática da não-cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), a controlada VRG passou a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a aplicação da alíquota para cálculo destas contribuições. A provisão registrada no balanço em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$83.857 (R\$63.971 em 31 de dezembro de 2009) inclui a parcela não recolhida, atualizada monetariamente pela taxa SELIC. Existem depósitos judiciais no montante de R\$66.963 (R\$49.518 em 31 de dezembro de 2009) para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. **Adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS):** Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e sua controlada VRG protocolaram sua adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS), conforme previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, incluindo todos os seus débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimentos até 30 de novembro de 2008. A Administração optou pelo pagamento dos débitos no montante de R\$11.610 para a GLAI e R\$5.012 para a VRG em 180 parcelas. Essa modalidade de pagamento oferece reduções de 60% (sessenta por cento) dos valores relativos a multa de ofício e de mora, 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e 20% (vinte por cento) de multas isoladas, reduzindo o valor do débito para R\$10.257 e R\$27.909 para a GLAI e VRG, respectivamente. A consolidação dos débitos está prevista para o mês de junho de 2011, conforme Portaria Conjunta PGN/FRB nº 2/2011, e quando de tal consolidação a Companhia e sua controlada VRG utilizarão parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para liquidação dos valores relativos a juros e multas no montante de R\$1.645 e R\$9.032 para a GLAI e VRG, respectivamente.

21. Provisões

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Provisão para seguros	Devolução de aeronaves	Contratos onerosos	Processos judiciais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009.....	139.409	102.615	8.250	72.323	322.597
Provisões adicionais reconhecidas.....	-	13.113	2.080	13.000	28.193
Provisões realizadas.....	(96.777)	(95.936)	-	(13.469)	(206.182)
Reversão por processos ganhos.....	-	-	-	(1.515)	(1.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2009.....	42.632	19.792	10.330	70.339	143.093
Provisões adicionais reconhecidas.....	70.373	37.733	-	18.842	126.948
Provisões realizadas.....	(61.935)	(24.237)	(445)	(18.545)	(125.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	31.070	33.288	9.885	70.636	144.878

Em 01 de janeiro de 2009.....
Circulante..... 76.870 80.167 8.250 - 165.287
Não circulante..... 62.539 22.448 - 72.323 157.310
139.409 102.615 8.250 72.323 322.597

Em 31 de dezembro de 2009.....
Circulante..... 42.632 19.792 3.835 - 66.259
Não circulante..... - - 6.495 70.339 76.834
42.632 19.792 10.330 70.339 143.093

Em 31 de dezembro de 2010.....
Circulante..... 31.070 21.228 3.669 - 55.967
Não circulante..... - 12.060 6.216 70.636 88.911
31.070 33.288 9.885 70.636 144.878

Provisão para seguros: A Administração mantém cobertura de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento, com base nos dispositivos exigidos da Lei nº. 10.744/03. Em 2009 o saldo também inclui provisões relacionadas ao acidente da aeronave da Gol no voo 1907 em 29 de setembro de 2006 e saldos a pagar de seguros de aeronaves. **Devolução de aeronaves:** O custo de devoluções inclui provisões para os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional.

Contratos onerosos: Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantém uma provisão de R\$9.885 sendo R\$3.670 classificado no passivo circulante e R\$6.216 no passivo não circulante (R\$10.330 em 31 de dezembro de 2009 e R\$8.250 em 01 de janeiro de 2009) referente às perdas com contratos de arrendamentos mercantis operacionais de duas aeronaves modelo Boeing 767-300 que se encontram fora de operação e estão mantidas sob arrendamento operacional. A provisão corresponde ao valor líquido entre o valor presente das parcelas dos respectivos arrendamentos e a receita esperada pela utilização dessas aeronaves na operação ou por meio de subarrendamentos, quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados pela Companhia. Os prazos desses contratos de arrendamento variam entre 2 e 4 anos. **Processos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, na totalidade de 15.947 conforme a seguinte distribuição: 8.756 processos cíveis judiciais, 1.379 procedimentos cíveis administrativos e 5.747 processos judiciais trabalhistas, sendo 65 trabalhistas administrativos. As ações de natureza cível são relacionadas principalmente à ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos de voos, cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Os processos judiciais são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue a seguinte distribuição:

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais.....	8.087	669	8.756
Cíveis administrativos.....	1.347	32	1.379
Trabalhistas judiciais.....	1.391	4.356	5.747
Trabalhistas administrativos.....	63	2	65
Total.....	10.888	5.059	15.947

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Cíveis.....	29.876	35.524	20.898
Trabalhistas.....	40.750	34.815	51.425
Total.....	70.636	70.339	72.323

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para causas cíveis e trabalhistas. Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2010, de R\$10.681 para as ações cíveis e R\$7.530 para as ações trabalhistas (R\$5.823 e R\$1.731 em 31 de dezembro de 2009, e R\$20.898 e R\$51.425 em 01 de janeiro de 2009, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída. A Companhia é parte em quatro ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas da antiga Varig S.A. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve sentença favorável (decisão de primeira instância) a não sucessão. O valor envolvido nas discussões, não provisionado, é de aproximadamente R\$4.676 (correspondendo a €2,1 milhões). A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações consistiam em ser mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A administração entende que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS. O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$193.173 em 31 de dezembro de 2010 (R\$210.164 em 31 de dezembro de 2009 e R\$210.164 em 01 de janeiro de 2009).

23. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/10	31/12/10	31/12/09
Despesas administrativas.....	26.373	70,0	7.746	35,5
Despesas comerciais.....	-	-	-	-
Despesas administrativas.....	-	-	-	-
Despesas comerciais.....	-	-	-	-
Despesas administrativas.....	6.414	17,0	8.136	37,3
Despesas comerciais.....	246	0,7	200	0,9
Despesas administr				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado (a)		Mensurados a valor justo mas não por meio do resultado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	1.955.858	1.382.408	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	22.606	40.444
Caixa restrito	34.500	26.084	-	-	-	-
Perdas em operações com derivativos	3.600	24.113	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	303.054	519.308	-	-
Outros créditos	-	-	50.425	60.287	-	-
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.741.088	3.133.862	-	-
Fornecedores	-	-	215.972	362.382	-	-
Ganhos em operações com derivativos	1.646	-	-	-	-	-

(a) Em razão do curto prazo entre a data de emissão e o vencimento dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que seus valores justos se aproximam dos valores contábeis.

Riscos: As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros e risco do preço do combustível), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar seu desempenho financeiro. As decisões da Companhia sobre a parcela de suas exposições a ser protegida contra risco financeiro, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção. A Companhia geralmente não contrata instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Risco. As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir: a) **Risco do preço do combustível:** Em 31 de dezembro de 2010 os gastos com combustível representaram 35,8% dos custos. O preço do combustível da aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia contrata derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia utilizava apenas contratos de opções. As operações que envolvem *hedge* de combustível são contratadas através de bancos classificados como baixo risco (*ratings* S&P e Fitch em média A+) ou realizados na bolsa *NYMEX*, e são registradas na CETIP conforme determina a resolução 3.833/2010 do Conselho Monetário Nacional. b) **Risco de taxa de câmbio:** O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira conforme detalhado na tabela abaixo. As receitas da Companhia são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Florim de Aruba, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolívares da Venezuela entre outros. Para mitigar o risco de taxa de câmbio a Companhia contrata os seguintes instrumentos financeiros derivativos de moeda: futuros e opções de dólar norte americano executadas na bolsa BM&F-BOVESPA. Essas operações podem ser realizadas através de fundos de investimento exclusivos, conforme descrito na Política de Gestão de Risco da Companhia. A partir de julho de 2010, a Companhia realizou novas contratações de instrumentos derivativos com vencimentos de 90 dias, estes instrumentos foram realizados como proteção de contratos de arrendamentos financeiros em dólar, registrados no passivo. Para esta proteção a Companhia designou os contratos de derivativos como "*hedge* de valor justo". A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está demonstrada a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Ativo		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	218.909	139.287
Depósitos de garantia de contratos de arrendamento	127.963	251.716
Despesas antecipadas de arrendamentos	33.322	35.453
Outros	14.679	66.823
Total do ativo	394.873	493.279
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	27.831	30.077
Empréstimos e financiamentos	1.371.323	989.157
Arrendamentos financeiros a pagar	1.639.981	1.557.418
Outros arrendamentos mercantis a pagar	37.407	38.708
Outras obrigações em dólar	46.435	38.150
Total do passivo	3.122.977	2.653.510
Exposição cambial em R\$	2.728.104	2.160.231
Compromissos não registrados no balanço		
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	1.943.880	2.498.571
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	16.427.824	12.565.036
Total	18.371.704	15.063.607
Total da exposição cambial R\$	21.099.808	17.223.838
Total da exposição cambial US\$	12.663.431	9.891.935

c) **Risco de crédito:** O risco de crédito é inerente das atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários. O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da companhia, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e governamentais, ficando uma pequena parte exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades. Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo A, na avaliação feita pelas agências S&P e Fitch, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Política de Gestão de Riscos da Companhia estabelece um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras. d) **Risco de taxa de juros:** O resultado da Companhia está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e *Libor*, respectivamente. A maior exposição está nas despesas de arrendamento mercantil, indexadas pela *Libor*, e nas dívidas locais. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não detinha operação com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de taxas de juros. e) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos, mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos, CDBs e fundos de investimento de renda diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida não deve exceder o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. Em 31 de dezembro de 2010, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 71 dias e do passivo financeiro era de 6 anos. A Companhia utiliza para proteção dos compromissos futuros, divulgados na nota 25, instrumentos financeiros derivativos com bancos de primeira linha para fins de administração de caixa. f) **Gerenciamento de capital:** A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Patrimônio total	2.929.169	2.609.986	1.071.608
Caixa e equivalentes de caixa	(1.955.858)	(1.382.408)	(169.330)
Caixa restrito	(34.500)	(26.084)	(183.286)
Aplicações financeiras	(22.606)	(40.444)	(245.585)
Empréstimos e financiamentos	3.740.725	3.133.862	3.419.889
Dívida líquida (a)	1.728.124	1.684.926	2.821.688
Capital Total (b)	4.657.293	4.294.912	3.893.296
Taxa de alavancagem (a) / (b)	37%	39%	72%

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia permaneceu comprometida a manter o valor de caixa e equivalentes de caixa próximo de 25% do total do ativo líquido doze meses sendo atingido, nesta data, o percentual de 28%. A taxa de alavancagem financeira variou 2% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia adota o *Hedge Accounting* e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial e risco de preço do combustível como "*hedge* de fluxo de caixa" (Cash Flow Hedge) ou como "*hedge* de valor justo" (Fair Value Hedge), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na norma internacional IAS39. Os instrumentos financeiros derivativos contratados são formalmente identificados, classificados e designados por meio de documentação e controle no momento da aquisição. Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Descrição	Conta no balanço	2010	2009
Valor justo dos derivativos (ativo)	Outros créditos e valores	3.600	24.113
Valor justo dos derivativos (passivo)	Outras obrigações	1.646	12.118
Prêmios de opções (ativo)	Despesas antecipadas	30.154	23.190

Hedge de Fluxo de Caixa: No *hedge* de fluxo de caixa, a Companhia protege a variação de receita ou despesa futura proveniente das variações de taxa de câmbio ou do preço do combustível, e contabiliza as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge*. A Companhia estima a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do preço no custo ou despesa protegidos. Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no período em que o custo ou despesa objeto do *hedge* impacta resultado. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício. **Hedge de Valor Justo:** No *hedge* de valor justo, a Companhia protege o resultado da mudança no valor justo de um passivo reconhecido, ou parte dele, que seja atribuído ao risco cambial. As variações do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as respectivas variações de valor justo do passivo objeto de *hedge*. A Companhia estima a efetividade com base na proporção entre a variação do valor justo dos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação do valor justo dos passivos protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% da variação no valor justo dos passivos protegidos. No caso do *hedge* cambial de valor justo de um passivo financeiro, a variação do valor justo do derivativo é registrada em receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Se o *hedge* é considerado efetivo até o fim do período, o saldo contábil do objeto de *hedge* é ajustado para refletir a variação do seu valor

DIRETORIA

Constantino de Oliveira Junior Diretor-Presidente	
Adalberto Cambaua Bogsan Diretor Vice-Presidente Técnico	
Claudia Ribeiro Jordão Pagnano Diretora Vice-Presidente de Mercado	
Leonardo Porciúncula Gomes Pereira Diretor Vice-Presidente de Finanças, Estratégia, Novos Negócios, TI e Relações com Investidores	
Ricardo Khauaja Diretor Vice-Presidente de Clientes, Colaboradores e Gestão	
Valdenise dos Santos Menezes Contadora - CRC 1RJ061865S/T-7	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Gol Linhas Aéreas Inteligentes

	31/12/10	31/12/09
Saldo final em:		
Valor justo ao final do período (R\$)	33.205	18.588
Prazo remanescente mais longo (meses)	4	5
Volume protegido para períodos futuros (mil barris)	2.109	1.878
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	10.586	-
Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	2010	2009
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em custos operacionais (R\$)	215	8.045
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	(7.666)	(122.737)
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(43.762)	(7.602)
Total de perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas como despesas financeiras (R\$)	(51.428)	(130.339)
Percentual da exposição protegida durante o período	45%	27%

A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos designados para *hedge* contratados pela Companhia para proteger as despesas futuras de combustível, a taxa média contratada dos derivativos e percentual da exposição protegida de combustível por período de competência em 31 de dezembro de 2010: Fator de risco de mercado: Preço do combustível - Mercado de balcão

	1T11	2T11	3T11	4T11	Total
Percentual da exposição de combustível protegido	41%	27%	13%	8%	21%
Volume nominal em barris (mil)	1.501	1.008	533	332	3.374
Volume nominal em litros (mil)	238.629	160.252	84.736	52.781	536.399
Taxa contratada a futuro por barril (US\$)*	90,01	95,13	93,19	92,13	92,25
Total em Reais**	225.112	159.781	82.765	50.963	518.607

* Média ponderada dos strikes de calls. ** A taxa de câmbio em 31/12/10 era de R\$1,6662/US\$1,00.
b) **Hedge de câmbio:** A Companhia utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de dólar norte-americano realizados junto à BM&FBOVESPA tendo um fundo de investimento exclusivo como veículo para a contratação. Em 31 de dezembro de 2010, não há ativos financeiros vinculados a depósitos de margem. A margem é garantida através de fiança bancária com vencimento em 30 de setembro de 2011. A posição dos contratos derivativos de câmbio designados e não designados como *cash flow hedge* de dólar americano da Companhia (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

	31/12/10	31/12/09	
Saldo final em:			
Valor justo ao final do período (R\$)	109	982	
Prazo remanescente mais longo (meses)	4	3	
Volume protegido para períodos futuros (US\$)	65.000	95.000	
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	-	(294)	
Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	2010	2009	
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em custos e despesas operacionais (R\$)	-	(11.833)	
Ganhos (perdas) com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em (despesas) receitas financeiras (R\$)	(22.464)	39.207	
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(28.269)	(1.171)	
Total de ganhos (perdas) com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidos como (despesas) receitas financeiras (R\$)	(50.733)	38.036	
Percentual atual da exposição protegida durante o período	21%	18%	
Instrumentos derivativos não designados como hedge:			
Perdas reconhecidas em despesas financeiras	(7.709)	-	
A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos designados para <i>cash flow hedge</i> contratados pela Companhia para proteger as despesas futuras denominadas em dólares norte-americanos e a taxa média contratada do derivativo por período de competência em 31 de dezembro de 2010: Fator de risco de mercado: Taxa de câmbio de dólares americanos			
Mercado de bolsa	1T11	2T11	Total
Percentual da exposição de fluxo de caixa protegida	10%	2%	6%
Valor nominal em dólar americano	56.000	9.000	65.000
Taxa contratada a futuro	1,9487	2,0250	1,9592
Total em Reais	109.127	18.225	127.348

A posição dos contratos derivativos de câmbio designados como fair value *hedge* de dólar americano da Companhia (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Saldo final em:		
Valor justo ao final do período (R\$)	(6.645)	-
Leasing Financeiro (US\$)	984.264	-
Volume protegido (US\$)	388.750	-
Percentual atual da exposição protegida	39%	-
Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	2010	2009
Perda com efetividade do <i>hedge</i> reconhecido em despesas financeiras (R\$)	(15.819)	-
Percentual da exposição protegida durante o exercício	32%	-

Em dezembro de 2010, a Companhia contratou swap cambial (USD x CDI) firmado para proteger uma linha de crédito (capital de giro) contra oscilações do dólar americano. Este derivativo não foi designado para *hedge accounting* por determinação da Administração em virtude de seu vencimento ser de curto prazo. c) **Hedge** de taxa de juros: Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tinha instrumentos financeiros derivativos de juros para se proteger das oscilações destas taxas de juros e não há ativos financeiros vinculados a depósitos de margem para as operações de *hedge*. A posição dos contratos derivativos de juros designados como *hedge* de juros *Libor* (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Saldo final em:		
Valor justo ao final do período (R\$)	-	(2.182)
Valor nominal ao final do período (US\$)	-	60.575
Valor nominal ao final do período (R\$)	-	105.474
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	-	(1.023)
Exercício encerrado em 31 de dezembro:	2010	2009
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em despesas financeiras (R\$)	(1.398)	(2.486)
A posição dos contratos derivativos de juros não designados como <i>hedge</i> (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:		
Saldo final em:	31/12/10	31/12/09
Valor justo ao final do período (R\$)	-	(4.411)
Valor nominal ao final do período (US\$)	-	29.500
Valor nominal ao final do período (R\$)	-	51.365
Exercício encerrado em 31 de dezembro:	2010	2009
Ganhos (perdas) reconhecidos em receitas (despesas) financeiras (R\$)	(5.754)	14.457

Adicionalmente, os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes no Brasil, incidentes sobre as aplicações financeiras, os investimentos de curto prazo, as obrigações em reais, ativos e obrigações indexadas ao dólar. Essas flutuações afetam o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o valor de mercado de títulos pré-fixados em reais, e na remuneração do saldo de caixa e das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, o fundo exclusivo da Companhia possui contratos futuros de Depósito Interfinanceiro negociados na BM&FBOVESPA com valor nominal de R\$83.000, com prazo máximo de 18 meses e ganhos no valor justo de R\$179. **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros:** A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros à flutuação do principal fator de risco de cada um considerou os seguintes elementos: • O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia, em linha com o mercado e com o qual foi calculado o valor justo dos instrumentos. • O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro. • O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade para os riscos de mercado e instrumentos financeiros, considerados relevantes pela Administração da Companhia, posição em aberto em 31 de dezembro de 2010 e com base nos cenários acima descritos.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Derivativo de Combustível	Queda na curva do preço do WTI (NYMEX)	US\$ 91,38/bbl R\$ 0	US\$ 68,54/bbl -R\$ 29,048	US\$ 45,69/bbl -R\$ 31,069

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém contratos de opções de compra (Call) de petróleo tipo West Texas Intermediate ("WTI") que representam valores nominais de 3.457 mil barris. Esses contratos apresentam vencimentos entre Janeiro e Dezembro de 2011. O cenário considerado provável pela Administração é de que o preço do petróleo tipo WTI atinja uma média de US\$91,38 por barril, o que resultaria em um valor justo de R\$32.899 para as opções, caso ocorresse a liquidação dos contratos. Esses instrumentos são registrados em contas redutoras dos custos de combustível, se forem mensurados como efetivos, ou registrados como resultado financeiro, caso sejam mensurados como inefetivos. No cenário adverso possível para este instrumento, ou seja, redução do preço do petróleo tipo WTI para US\$68,54 por barril, e no cenário adverso remoto, em que o preço possa atingir US\$45,69 por barril, haveria impactos negativos no valor justo de R\$29.048 e R\$31.069, respectivamente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Álvoro Antonio Cardoso de Souza Presidente do Conselho				
Constantino de Oliveira Junior Conselheiro		Antonio Kandir Conselheiro		
Henrique Constantino Conselheiro		Luiz Kaufmann Conselheiro		
Joaquim Constantino Neto Conselheiro		Richard Freeman Lark Jr. Conselheiro		
Ricardo Constantino Conselheiro		Paulo Sergio Kakinoff Conselheiro		

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Derivativo de Combustível	Queda na curva do preço do WTI (NYMEX)	US\$ 91,38/bbl R\$ 0	US\$ 68,54/bbl -R\$ 6.733	US\$ 45,69/bbl -R\$ 7.654

Em 31 de dezembro de 2010, a Controladora detém contratos de opções de compra (Call) de petróleo tipo West Texas Intermediate ("WTI") que representam valores